



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3357-7500 – ramal 1070

## **Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes**

**1 de novembro de 2018**

No dia primeiro de novembro de dois mil e dezoito, reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às treze horas, na sala de reuniões do campus Cariacica, sob presidência do Reitor Jadir José Pela, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Ensino, sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Luciano de Oliveira Toledo; Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. André Romero da Silva; da Diretoria de Planejamento, sr. Marcelo Teboldi da Silva; da Diretoria de Administração e Orçamento, sr. Cristiano Titó Melado; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Johnathan Dezan Vago; da Diretoria Executiva, sra. Danielli Veiga Carneiro Sondermann; do campus Barra de São Francisco, sr. José Alexandre de Souza Gadioli; do campus Cachoeiro do Itapemirim, sr. Edson Maciel Peixoto; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância, sra. Vanessa Battestin; do campus Colatina, Sr. Octávio Cavalari Júnior; do campus Guarapari, sr. Gibson Dall'Orto Muniz da Silva; do campus Itapina, Sr. Fábio Lyrio Santos; do campus Linhares, sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do campus Piúma, sr. Marcelo Fanttini Polese; do Polo de Inovação Vitória, sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do campus Santa Teresa, sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do campus São Mateus, sr. Aloísio Ramos da Paixão; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo. O Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, e a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Apreciação da Minuta de Resolução para regulamentação de Estágios em substituição à Resolução CS 28/2014; 2. Apreciação da proposta de Diretrizes Gerais para elaboração de regulamentação de Visita Técnica para os campi do Ifes; 3. Proposta de alteração da Resolução CS 20/2018 – Regulamento da CPA; 4. Apreciação do Regimento dos Laboratoristas; 5. Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).** Antes de entrar na pauta propriamente dita, o Presidente solicita a atenção dos presentes para relatar que estão circulando muitas conversas de Whatsap, em diversos grupos, principalmente nesse momento um pouco turbulento, as quais sugerem o fim do Ensino Superior gratuito para o próximo governo. Declara que, diante dessa situação, que claramente está ficando perigosa, ligou para dois deputados e um senador da bancada capixaba, perguntando sobre a proposta do próximo governo para o ensino. Relata que os parlamentares da base aliada declararam que não há veracidade nessas informações e que sim, há uma proposta de levar o ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas que ainda não houve uma definição, exemplificando que nem o futuro Ministro da Educação está definido. Diante dessa possível mudança de ministério, declara que não afetará os institutos federais visto que, apesar de ofertarem ensino superior, há pouquíssimo contato com a secretaria de ensino superior do Mec. Informa que na próxima semana haverá reunião do Conif e a partir do quadro a ser apresentado os

institutos federais se posicionarão. Solicita que antes de publicar uma notícia, tenham o cuidado de verificar sua veracidade, para não causar mais problemas. Informa que o Integra Ifes será realizado no período de 20 a 25 de maio de 2019, na Fábrica de Ideias, no campus Vitória e no Cefor, destacando que a maior parte das atividades serão realizadas na Fábrica, cabendo aos demais locais, encontros e discussões. Divulga que os próximos jogos nacionais serão realizados em Guarapari, em 2019, informando a previsão de quatro mil atletas, divididos em 11 modalidades esportivas. Destaca que a estrutura do Sesc comporta duas mil pessoas, e por isso, o evento será organizado tal qual uma olimpíada, ou seja, no revesamento de modalidades. O dirigente Edson destaca que a preocupação tem como foco a pluralidade de ideias, a manutenção da liberdade institucional e dos professores, por isso, solicita que a reitoria emita um comunicado que tranquilizasse os professores, principalmente os de humanas. O Presidente acata a sugestão do dirigente Edson e informa que, nessa semana, o Ifes recebeu denúncia, destacando que a instituição sempre defendeu o diálogo. A pró-reitora Adriana declara que deve-se proibir o uso de celulares em sala de aula. O dirigente Hudson esclarece que o regramento institucional já prevê isso, no código disciplinar discente, só basta colocar em prática. O Presidente destaca que a ACS está monitorando as redes sociais, enfatizando que o Ifes está muito atento aos acontecimentos. A seguir passa a palavra para a servidora Sheila que relata que a resolução CS nº 28/2014 tinha algumas inconsistências, por isso foi feito um trabalho de revisão nos últimos meses, que resultou no realinhamento de artigos, na divisão de artigos truncados e na exclusão de algumas expressões, exemplificando-as. Relata que foi retirado o termo área correlata, justificando que o estágio obrigatoriamente tem que ser realizado em área correlata, adequando-se à lei federal. Detalha a tramitação da proposta, expondo as alterações solicitadas pela Caex e pelo Cepe. Explica que a questão mais polêmica é a equiparação de atividades, e que tal polêmica é fruto de uma interpretação equivocada de um artigo da lei federal, lendo-o a seguir. Explica as demais dúvidas que o texto pode gerar, bem como a consulta e o parecer da Procuradoria, pelo qual a extensão e monitoria podem ser utilizadas para o ensino médio, enquanto a iniciação científica, somente se aplica ao ensino superior. O dirigente Hudson parabeniza o trabalho realizado mas ressalta que a compatibilidade com o projeto de curso é uma situação difícil de gerenciar, exemplificando situações nas quais o aluno precisa de uma resposta imediata, pois está prestes a conseguir um estágio em uma grande empresa, mas o projeto de curso não permite. Relata que o campus tem insistido para que os coordenadores atualizem os projetos de curso, mas os resultados ainda são insuficientes, e sugere a revisão parcial do projeto pedagógico. O dirigente Gadioli sugere que seja inserido no paragrafo 4º do artigo 2º, a emancipação. A servidora Sheila concorda e se compromete a inserir. O dirigente Edson expõe sua incerteza acerca do alcance da emancipação ou seja, noturno e ou local insalubre, destacando que não é, nesse caso, uma questão de idade e sim de saúde. A conselheira Sandra expressa dúvidas em alguns pontos, citando se todos os estágios são supervisionados, se o professor orienta estágio obrigatório, o que é etapa escolar. E no artigo 20 não percebeu se a carga horária ou menção de atribuição de carga horária, solicitando que seja mencionando na resolução. A servidora Sheila relata que a sugestão será mencionada no texto. O pró-reitor Renato relata que o procurador considera que as atividades de iniciação científica e extensão se aplicam tanto ao superior e ao médio, lendo o parecer. Destaca que essas atividades são compatíveis com a atuação de profissional graduado, no entanto, se não estiver ligado às atribuições de uma profissão regulamentada, deve-se avaliar. Relata que a análise gramatical deve estabelecer a diretriz, não esquecendo o plano de trabalho. A dirigente Sandra destaca a impossibilidade de se dar outra interpretação a uma lei federal, visto que a mudança deve partir do legislativo, enfatizando que, do ponto de vista do que está escrito, não há outra interpretação possível. O pró-reitor Renato Tannure

explica que o procurador se baseia em outras legislações para emissão de parecer, não se limitando a esse parágrafo. O Colégio de Dirigentes discute sobre o assunto. A dirigente Walkyria sugere que seja inserido na resolução o texto que vai dar respaldo aos campi, pois o parecer não vai constar na resolução. A servidora Sheila relata que a situação foi posta em consulta, visto que a lei é de 2008, apesar de haver uma cartilha do ministério do trabalho exclusivo ao superior, e mesmo assim o procurador entendeu que pode ser destinada ao para o ensino médio, explicando que o aluno vai fazer uma solicitação de equiparação de atividades, sendo o responsável o coordenador de curso, para o ensino técnico, e o colegiado de curso, para a graduação. Declara que a carga horária destacada pela dirigente Sandra, não compete a essa resolução, no entanto, pode-se fazer uma referência, por exemplo, “resolução de carga horária vigente”. Esclarece que o aluno pode fazer o estágio durante todo o período de integralização do curso, sendo um direito que ele tem, desde que siga a legislação. A dirigente Sandra sugere colocar a expressão período de integralização do curso. A servidora Sheila declara que a maior parte da resolução são definições de lei federal, comprometendo-se a verificar a idade de 18 anos, enfatizando que o estágio tem que estar previsto no projeto do curso, pois, caso contrário, corre o risco de ser um falso estágio, um subemprego. Explica que foram realizadas revisões de projetos, e um documento apontando os problemas foi elaborado, o qual foi encaminhado à Proen que solicitou aos diretores do ensino as devidas adequações. A pró-reitora Adriana explica que a equiparação foi feita a partir de uma consulta à Proen, por meio de uma ampla discussão, posicionando-se favorável à equiparação no nível médio. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a Minuta de Resolução para regulamentação de Estágios em substituição à Resolução CS 28/2014. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para a servidora Sheila que relata que, inicialmente a visita técnica era organizada pelo setor de integração, no entanto, tal atividade não estava no rol de atribuições desse setor. Assim, quando os novos campi foram implementados e não possuíam estrutura de setores e de profissionais, essa atividade ficou a cargo do ensino, agora, em alguns campi é atribuição da rec. Explica que o Fiec percebeu a necessidade de regulamentar, minimamente, a visita técnica, elaborando diretrizes que possibilitem que os campi publiquem suas próprias regras. Relata que a proposta foi encaminhada para as câmaras de técnico e superior, extensão, além de tramitar pelo Fonapne, Ceua e Cepe. Esclarece que a polêmica gira em torno de qual setor será responsável pela visita técnica, isto é, ensino ou extensão, assim, o Cepe apreciou e entendeu que, considerando suas respectivas particularidades, cada campi define o setor responsável, de acordo com suas estruturas. O pró-reitor Renato informa que a visita técnica é uma atividade didática, e considerando que a rec tem como atividade prospectar, institucionalmente, as visitas técnicas, visto que o setor tem a facilidade de organizar esses eventos, porque está circulando nesses ambientes, no entanto, relata que a maior parte do trabalho é feita pelo *network* dos próprios professores. O dirigente Otávio relata que, de acordo com o regimento, a rec é a responsável por realizar essa atividade. A servidora Sheila destaca que a necessidade de regulamentar surgiu da exigência de declaração, da caracterização do que seja visita técnica, e também do relatório. Explica que, na maioria dos campi, a rec é um setor de extensão e, por considerar que a visita técnica é uma atividade de ensino, foi solicitada essa alteração. O dirigente Anderson manifesta sua preocupação com a ausência de definição do que seja visita técnica, pois é muito comum um professor levar os alunos e outro não. Assim, questiona o que é visita técnica e em quais casos ela vai acontecer, pode até planejar a visita técnica, é um debate, e as questões sobre isso são geradas pela falta de definição. O Presidente destaca que esse assunto foi recorrentemente questionado pelos alunos na reitoria itinerante. Os dirigentes discutem sobre o tema. O dirigente Octávio relata que cada campus se organiza a partir de sua estrutura, e explica como a visita técnica é

organizada em Colatina, explicitando a diferença entre visita técnica e transporte coletivo para aluno. O dirigente Carnielli explica que em Venda Nova do Imigrante, há uma chamada interna e todo mundo vai lá e coloca suas visitas, destacando que há comissão e critérios, enfatizando que assim, fica claro para a comunidade e para o aluno. O dirigente Marcelo Polese relata que acaba sendo uma questão pessoal dos professores, destacando a necessidade de haver uma interferência da gestão, exemplificando a possibilidade de se discutir na semana pedagógica. A dirigente Vanessa relata que o Cefor não tem rec, questionando como ficará o texto, para os campi que não possuem essa coordenadoria. A servidora Sheila explica que essa minuta foi escrita baseada no regulamento de Venda Nova do Imigrante, destacando que, quando chegou ao fórum, verificou-se que sua aplicabilidade não era possível para todos os campi, por isso, estamos propondo uma diretriz e não as especificidades, apenas diretrizes gerais. Acrescenta que, por causa da sobrecarga de trabalho, tem atribuições da rec que não estão sendo feitas, como a pesquisa de egressos, que é muito importante, e é cobrada na avaliação de curso. O dirigente Fábio, tal qual o dirigente Anderson, sugere que seja definido a visita técnica no texto. A dirigente Vanessa sugere mudar o texto, para que aqueles campi que não possuem rec possam determinar outro setor responsável. O Colégio de Dirigentes, considerando as sugestões de seus membros, manifesta-se favoravelmente, a proposta de diretrizes de visitas técnicas. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para a professora Ana Paula que, ao cumprimentar os presentes, apresenta-se como membro da câmara de pesquisa e pós-graduação, e relata que essa solicitação foi elaborada há um bom tempo, e analisada por outras comissões. Explica que houve modificações e que o regulamento surgiu a partir de um pedido dos técnicos de laboratórios terem um espaço no qual pudessem discutir questões ligadas aos laboratórios, possibilitando assim, trabalhar de forma unificada, por meio de um intercâmbio de laboratórios entre os campi que gerará maior entrosamento entre os técnicos. O dirigente Carnielli propõe que, posteriormente, se discuta a responsabilidade dos laboratórios, se é da pesquisa e extensão ou do ensino. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente ao Regimento dos Laboratoristas. O Presidente abre o **item 3** e relata que a servidora Edília não pode comparecer e lê as propostas da CPA. Os dirigentes discutem sobre o tema. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a alteração do regulamento da CPA, solicitando que o prazo de um semestre seja alterado para um ano. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para a pró-reitora Adriana que relata que esse ponto é uma solicitação dos diretores e do fórum de registro acadêmico, que questionam a participação do Ifes na certificação desse exame. Explica que houve a migração do Enem para o Encceja, e a após consulta ao Colégio de Dirigentes, optou-se pelo Ifes ser um dos certificadores, e explica que quando o edital sai, o aluno opta pela unidade de realização da prova e certificação. A pró-reitora explica que para sair do acordo, isso deve acontecer antes da publicação do edital, por isso a demanda está sendo analisada antes do edital. A dirigente Walkyria elenca as despesas com impressão, com pessoal. O dirigente Hudson relata que as solicitações ocorrem, simultaneamente, com o período de matrículas, sobrecarregando o setor, explicando que esse compromisso se torna perpétuo, pois se o aluno requer segunda via é o Ifes que tem que emitir. A dirigente Sandra questiona a possibilidade de descredenciamento dos campi que não querem ser certificadores. O Presidente explica que é muito ruim fazer um ofício para não prestar essa atividade, pois há um compromisso social com a instituição, ou seja, prestar esse serviço para a sociedade. Sugere fazer discussões, propõe um rodízio entre os campi, mas não realizar o serviço não é a melhor opção. O dirigente Hudson destaca que a pressão é intensa pois a impressão é sempre urgente, sugerindo que se fosse observado o domicílio eleitoral do aluno seria melhor, pois toda a Grande Vitória solicita impressão no campus Vitória. A dirigente Sandra relata que os servidores das cras estão

coabrando, pois o governo federal não dá nenhum subsídio para a execução desse trabalho, explicando que acarreta mais serviço há uma estrutura carente, posicionando-se contrária a certificação no campus Linhares. A pró-reitora Adriana relata que o fórum de registro acadêmico reclama da falta de estrutura e de pessoal para a realização do serviço. O pró-reitor Luciano sugere que se informatize um pouco o processo, pois o que toma tempo é o preenchimento dos dados, justificando que, caso seja possível obter esses dados por meio de um edital eletrônico, caberia aos CRA's checar os dados e imprimir. Ressalta que ainda não foi feito um protótipo, mas tem certeza que essas ações, quando forem implantadas, diminuirão o trabalho. A dirigente Walkyria relata que a materialização dessa proposta é demorada, e sugere que se leve em consideração o domicílio eleitoral do aluno. O dirigente Edson sugere que os campi de uma determinada região façam um revesamento. O Presidente Jadir manifesta sua posição de que todos os campi sejam certificadores, pois é o melhor caminho é trazer a comunidade. A pró-reitora Adriana relata que é para 2019. O Colégio de Dirigentes decide que todos os campi, a exceção de Linhares, serão certificadores Enceja em 2019. O Presidente relata que, a respeito da emenda parlamentar, ainda estão sendo realizados ajustes com a Ufes, destacando que o acerto está bem próximo, e que logo que se concretize, iniciará os empenhos, ressaltando os recursos na ordem de 28 milhões de reais. Declara que, em razão das solicitações recebidas pela reitoria itinerante, algumas aquisições serão prioritárias, ou seja, 1 – livros; 2 – usina fotovoltaica, ressaltando que todos os campi que pediram serão contemplados; 3 - laboratório, a partir de uma necessidade específica. Informa que o valor total dos pedidos é de 55 milhões de reais, e descreve que a quarta prioridade é a informática, destacando que é muita coisa, e que, infelizmente, não dá para atender tudo, por isso haverá prioridades. Informa também a necessidade de compra de carteiras, móveis, ar-condicionado. Destaca que o trabalho está sendo feito de forma equilibrada, enfatizando que o menor investimento será na reitoria, em torno de 200 e poucos mil reais. Divulga que há a garantia, para 2019, de uma emenda de 15 milhões, que somado aos 2 milhões de investimento, haverá um recurso de 17 milhões. O pró-reitor Luciano destaca que esse recurso tem como foco as obras e reformas. Ao ser questionado pelo dirigente Edson, o pró-reitor Luciano responde que o relatório com as aquisições que serão destinadas a cada campus ainda não está pronto, destacando que tão logo esteja finalizado, será encaminhado aos diretores-gerais. O Presidente destaca que há 194 processos de compra cadastrados e afirma, com anuência do pró-reitor Luciano, que não há investimento maior na rede federal. O Presidente relata a necessidade de elaborar uma apresentação aos parlamentares, agradecendo o apoio e apresentando todas as compras originárias dos recursos da emenda. Informa que o orçamento 2019 será, basicamente, o mesmo, apesar do aumento de alunos, com o pequeno acréscimo de 300 mil reais, totalizando assim, 60 milhões para custeio e 2 milhões para investimento, destacando que o pró-reitor Lezi, em breve, fará uma apresentação para os dirigentes. O dirigente Carnielli relata que na reunião do Fórum de Diretores-gerais, realizada no campus Itapina, o dirigente Marcelo Polese cedeu 3 vagas para aqueles campi que tivessem concurso em aberto pudessem nomear, esclarecendo que uma delas foi destinada à Venda Nova do Imigrante, questionando o destino das outras duas. O dirigente Marcelo Polese explica que essas 3 vagas seriam destinadas aos campi com problemas e assim, daria tempo para o campus Piúma fazer seu trabalho de infraestrutura. O dirigente Anderson explica ao dirigente Carnielli que a DGP faria o controle de códigos novos e códigos de aposentados. O Presidente destaca uma conversa realizada com o futuro governador, Renato Casagrande, expondo a expectativa de aproximação com o governo, por meio da capacitação de professores para a rede estadual. Divulga o interesse do futuro governo em utilizar uma área da Fábrica, no CPID – centro de pesquisa e desenvolvimento e inovação, acrescentando que a conversa também abordou assuntos como Fapes e

bolsas, enfatizando que o futuro governador deixou claro que conta muito com o Ifes. Nada mais a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.